

Revolução incompleta

Economia Brasil

Quando se faz uma revolução, é preciso mudar as leis, disse o governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque. No Brasil, a baixa da inflação, com o real, teve o impacto de uma revolução, mas pouco se mexeu nas regras. Em parte isso explica, segundo o governador, a crise dos Estados. A inflação que solapava a economia de

As leis não acompanharam a mudança trazida pelo real. Isso explica parte dos problemas fiscais

um lado, atormentando principalmente quem tinha menor influência na formação de preços, acabava ajudando quem tinha algum poder. "Em 1994, antes do real, só no primeiro semestre o governo do Distrito Federal obteve US\$ 300 milhões na ciranda financeira, para um gasto, no ano todo, de pouco mais de US\$ 2 bilhões", contou. O argumento vale tanto para o problema de Estados e municípios quanto para o caso da União. A arrecadação pública estava razoavelmente protegida contra a inflação. A correção monetária mantinha o valor mais ou menos atualizado, em caso de demora. Além disso, o governo federal podia obter ganhos extraordinários com o Imposto de Renda; ao longo do ano, deixando de corrigir a tabela de incidência. Também havia vantagens na despesa. "Atrasando em cinco dias o salário do funcionalismo, você conseguia dinheiro para fechar a folha", lembrou o governador. De certa forma, o Brasil conseguiu inverter o famoso efeito Tanzi, batizado com o nome de Vito Tanzi, economista do Fundo Monetário Internacional: ao invés de perder com a erosão da receita, o Tesouro passou a ganhar com a depreciação da despesa, retardando pagamentos.

Com essas e outras distorções, o setor público suportou

uma porção de encargos legais, alguns criados pela Constituição, dificilmente sustentáveis noutra circunstância. Entre esses encargos, a estabilidade do funcionalismo, o efeito amplificador da

isonomia salarial e o aumento de vinculações, assim como dos benefícios previdenciários, foram alguns dos mais pesados para o governo da União. Gover-

nadores e prefeitos ainda tiveram a vantagem, não mencionada por Cristovam Buarque, de maiores transferências federais e ampliação da base tributária.

Os comentários do governador são bons argumentos a favor da reforma administrativa, em todos os níveis. Servem, também, para mostrar a conveniência de mudanças nas práticas judiciais. Governadores têm sido pressionados para pagar débitos muitas vezes contestáveis com bons argumentos. Em alguns casos, o setor público tem sido transformado de credor em devedor, por surpreendentes decisões de juízes. Mas isso é só parte da história.

Se muitos governos encontram dificuldade, hoje, para enquadrar os gastos com pessoal nos limites da Lei Camata, isso não se deve só a exigências legais irrealistas. Deve-se também a uma política irresponsável de pessoal. Além disso, os bancos públicos foram usados como instrumentos eleitorais e os governos se endividaram em excesso. Também por isso o ajuste fica mais difícil.

Adaptar as leis a um regime de inflação baixa é indispensável. Fazer leis para jogar o custo do ajuste sobre o governo federal, como estão pedindo os governadores, pode ser uma forma esperta, mas inteiramente injustificável, de fugir do problema.